

A FERRO E ATLÂNTICO: A FOMENTAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL LUSO-BRASILEIRA EM 1941.

Arthur Luís de Oliveira Torquato*

Trabalhar com sujeitos na história é sempre fascinante. Mais ainda são as surpresas que as fontes revelam quando esses sujeitos nos pregam peças ao acaso, como por exemplo, ocorreu nas minhas últimas andanças literárias pelo Atlântico, alternando-me entre fontes lusas e brasileiras.

Ao iniciar uma pesquisa acerca das políticas culturais estabelecidas entre Brasil e Portugal na década de 1940, comecei a arregimentar fontes que auxiliassem minhas hipóteses até então estabelecidas. Numa dessas buscas pelos vestígios do passado que ajudassem a reconstruir essa jornada cultural e política dos tempos de Vargas e Salazar, encontrei um livro, recomendado por um amigo e que facilmente adquiri via internet.

Tratava-se de uma interessante obra chamada *Estados Unidos da Saudade*, do então homem forte da política cultural lusitana António Ferro. Foi aí, naquele momento ímpar que só existe quando um historiador encontra uma fonte, que aconteceu o inesperado. Ao abri-lo com todo cuidado, pude ver a contracapa do livro em que, com caneta tinteiro lia-se:

Ao dr. Haddock-Lobo
Com as maiores saudades do Brasil, Portugal da América,
como Portugal é o Brasil da Europa,
Ofereço, em sincera estima e sincero apreço,
o
António Ferro
Roma. 12-5-955¹

É de acasos como este que nascem novas interpretações e o passado pode ser ressignificado pelo presente, ratificando sempre a ideia de que o segundo condiciona o primeiro. A partir daí, não pude mais desconsiderar tal achado; deveria toma-lo como fonte e construir um problema entorno desse pequeno fragmento, tão significativo para a

* Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, sob orientação da professora Dra. Carla Brandalise. Atualmente leciona no Curso de História da Universidade Potiguar – Laureate International.

¹ Dedicatória escrita por António Ferro, em seu livro *Estados Unidos da Saudade*, ao senhor Haddock-Lobo em 1955. A dedicatória torna-se interessante por imortalizar em letras um sentimento que permeou a política cultural entre Brasil e Portugal durante a década de 1940, ou seja, silenciar um passado de submissão e construir a imagem de países irmãos.

compreensão de um passado rico no que se refere à política cultural traçada pelos olhares autoritários dos Estados tupiniquim e lusitano.

Assim, o que se pretende analisar aqui não é apenas a forma na qual foi possível se construir uma política cultural entre Brasil e Portugal durante a década de 1940, mas também perceber as tramas iniciais e redes estabelecidas nessas relações políticas, que possibilitaram a construção de um forte intercâmbio intelectual entre essas nações, ao ponto de nortear a escrita de importantes letrados luso-brasileiros com base nos preceitos políticos estabelecidos por meio de acordos diplomáticos entre Vargas e Salazar. Mais especificamente, o que se pretende com este artigo é analisar como a política cultural luso-brasileira da década de 1940 moldou os discursos históricos produzidos sobre e para essas nações.

Em interessante análise, a historiadora Ângela de Castro Gomes chama atenção para a importante prática dos intelectuais enquanto partícipes de uma rede política complexa e intrínseca, na qual muitas vezes se revelam ordenamentos, redes e conexões que ajudam na interpretação do mundo político de uma determinada época. Em estudo acerca das correspondências entre Gilberto Freyre e Oliveira Lima, Ângela de Castro Gomes faz uma análise do convívio entre intelectuais por meio da leitura de suas cartas, mas, atesta de início, que nas relações em que existem as presenças destes atores, é importante saber que:

[...] o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, o situe no mundo cultural e lhe permita interpretar o mundo político e social de seu tempo. Por isso afirma-se que não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a participação numa rede contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual no mundo cultural. (GOMES, 2004. p. 51)

As relações político-culturais luso-brasileiras estabelecidas na década de 1940 são ímpares para se analisar a simbiose que se desenvolveu entre Estado e intelectuais. Isso porque, Vargas e Salazar proporcionaram a seus letrados um circuito de sociabilidade institucionalizada, que visava criar laços de uma dita fraternidade entre suas nações, consolidando uma prática de “Estados Unidos” pelas letras (como tão bem sugere o título do livro de António Ferro), mas, também, ditando o ritmo, o financiamento, os temas e tudo sobre o que fosse produzido acerca da história, das artes e da literatura que envolvesse Brasil e Portugal.

O desenho estatal que uniu os discursos acerca dessa institucionalização cultural emerge em princípios da década de 1940, a partir de um acordo bilateral que visava promover um intercâmbio cultural e nortear as produções artísticas e intelectuais de letrados portugueses e brasileiros. Precisamente no dia 4 de setembro de 1941, Lourival Fontes (responsável pelo *Departamento de Imprensa e Propaganda* do Governo brasileiro – DIP) e António Ferro (Diretor do *Secretariado da Propaganda Nacional* português – SPN) firmaram o acordo político que tinha por objetivo “promover uma íntima colaboração cultural entre os governos de Brasil e Portugal”.² Esse projeto político e cultural viria a contemplar interesses e anseios de uma série de letrados desses países que, naquele momento, estavam engajados na defesa dos ideais defendidos pelo projeto de Estado Novo tanto de Antônio Salazar quanto de Getúlio Vargas.

Tal acordo, ficou sacramentado pela documentação da época como *Acordo Cultural Luso-Brasileiro* e logo deu frutos significativos na relação cultural entre as nações. O principal deles foi a imediata publicação da *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, periódico que teve seu primeiro número lançado no início de 1942 perdurando por quatro anos, durante os quais foram publicados seis extensos volumes, contendo artigos das mais variadas naturezas de nomes consagrados tanto do Brasil quanto de Portugal.³

Verificando os escritos de *Estados Unidos da Saudade*, fica evidente a importância que o então Diretor do SPN atribuía a este Acordo Cultural de 1941. Para Ferro, era necessário orientar politicamente os discursos que tinham como assunto as relações culturais luso-brasileiras. É possível perceber em suas palavras uma preocupação em dar unidade aos

² Trecho retirado do *Acordo Cultural Luso-Brasileiro*. In: ATLÂNTICO: Revista Luso-Brasileira. Rio de Janeiro/Lisboa: DIP/SNP/SNI, v. 1, n. 1, primeiro semestre. 1942a.

³ A *Revista Atlântico* teve seu primeiro número lançado no primeiro semestre de 1942 e a última no segundo semestre de 1945. Entre os letrados que escreveram nas páginas da revista podemos selecionar alguns, embora a quantidade de colaboradores tenha sido muito mais vasta: Lourival Fontes, Tristão de Athayde, Marcelo Caetano, San Tiago Dantas, Aquilino Ribeiro, Mario de Andrade, João de Castro Osorio, Afranio Peixoto, Álvaro Lins, Luís Chaves, Vitorino Nemésio, Eugênio de Castro, Mario Beirão, Augusto Frederico Schmidt, Fernanda de Castro, Cecília Meireles, Adalgisa Nery, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Queiroz, Natércia Freire, Tomaz Kim, Ruy Cinatti, Luzia, Maria Archer, Manuel da Fonseca Baltasar Lopes, Guilhermina de Azeredo, Guilherme de Castilhos, José Osório de Oliveira, Pedro de Moura e Sá, Luís Forjaz Trigueiros, Gastão de Bettencourt, Eduardo Libório, Antonio Lopes Ribeiro, Fernando Garcia, José Lins do Rêgo, Julio Dantas, Augusto de Castro, Jorge de Lima, A. A. Mendes Correia, Hernani Cidade, Reynaldo dos Santos, Gustavo de Freitas, Alberto Osório de Castro, José de Almada Negreiros, Manuel Bandeira, Paulo Silveira, Tristão de Athayde, Américo Durão, Cabral do Nascimento, Campos de Figueiredo, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Mercília de Lemos, Sophia de Mello Breyner Andersen, José Blanc de Portugal, Jorge de Sena, Olavo D'Eça Leal, Rachel Bastos, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, José Loureiro Botas, Carlos Parreira, Pedro Calmon, Carlos Queiroz, Santiago Kastner, J. A. Cesário Alvim, Álvaro Lins, José Osório de Oliveira, Correia de Melo, Eduardo Freitas da Costa.

temas, ordenar as palavras e constituir uma narrativa consistente, em que Brasil e Portugal fossem vistos como irmãos, em igualdade de cultura e condições, de forma a ser um o espelho do outro, ou como o próprio Ferro afirmava ser o “Brasil, Portugal da América, como Portugal é o Brasil da Europa”.

Para Ferro, fazia-se necessário construir uma política que ajudasse na elaboração do que ele definira como “entrelaçamento espiritual”, ou seja, uma espécie de aproximação subjetiva e sentimental que construísse uma identidade cultural no que se refere às relações luso-brasileiras. No entanto, segundo Ferro, essa “obra de amor” não poderia ser desordenada, apenas sentimental, pois em casos como este:

É evidente que se tornam sempre necessárias algumas diretrizes, um pouco de ordem nessa desordem sentimental, própria dos sentimentos fortes, mas deve ser esta reduzida a uma simples ação estimuladora, a uma eficiente centralização de esforços dispersos, a acordos de linhas gerais entre Governos, Academias, departamentos de Estado e até mesmo entre organismos culturais privados. (FERRO, 1949: p. 8)

Nessas palavras existem dois pontos que chamam atenção: a importância da cultura como instrumento político de ordenamento, e, de forma mais contundente, a fundamental interferência de políticas culturais para o ordenamento da imagem que se produziria por intelectuais e artistas. Nas palavras de Ferro era necessário criar condições de cooptação, atrair estes grupos através de projetos políticos, os quais fossem atrativos para os autores, mas que ao mesmo tempo se promovesse a defesa das ideologias dos Estados envolvidos.

Mas, o que se observa de forma geral, é o esforço em implementar uma ordenação dos discursos, uma institucionalização das práticas, de forma a construir uma ideia de união e de equiparação cultural entre Brasil e Portugal. Um dos mecanismos criados para a realização dessa equiparação foi a elaboração da já citada revista *Atlântico*. Essa publicação foi publicada até 1945 como um importante veículo de divulgação e promoção da política cultural luso-brasileira da década de 1940. Editada pelo SPN e o DIP, a revista, trazia no seu primeiro número, um artigo intitulado “Algumas palavras de António Ferro”, em que o diretor do SPN justificava e anunciava o objetivo daquela publicação, principalmente pelo fato de se chamar *Atlântico*.

Atlântico, «Lago lusitano», na expressão feliz de Oswaldo Aranha, é também a nossa terra comum, o nosso grande traço de união, a estrada real da nossa glória

fraterna, a grande distância que, afinal, nos aproxima... Existe o Brasil, existe Portugal, duas nações livres, independentes, por graça de Deus e dos homens [...] Qual o nosso objectivo? Qual o nosso programa? Revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses. A maior parte dos mal-entendidos, das incompreensões entre os portugueses e os brasileiros origina-se nos erros do velho inter-câmbio oficial ou privado, no teimoso comércio de antiguidades.⁴

Os escritos de Ferro são sempre muito carregados por simbolismos, em que se percebe um esforço contínuo em justificar a política cultural como urgente e necessária. Neste fragmento retirado da mencionada revista fica evidente o esforço em construir uma ruptura entre o passado luso-brasileiro e aquele “novo” presente que se apresentava. Ora, o que Ferro pretendia com suas palavras era evidenciar o Estado Novo salazarista e o Estado Novo varguista como sistemas políticos modernos, assim como estes se autodenominaram. E nessa empreitada, fazia-se necessário criar o discurso da alteridade, entre o que vem a ser esse novo e aquilo que já não é mais, ou aquilo que até pouco se resumia a metrópole e colônia.

Nesse processo de equiparação já citado, o oceano Atlântico é tomado como amálgama, o elemento que não separa, mas une espaços separados, que estão territorialmente longe um do outro. O próprio Ferro dá a dimensão retórica do nome da revista ao afirmar: “Juntamos a palavra brasilidade à palavra lusitanidade, duas luminosas parcelas, e obtivemos, sem custo, este resultado, esta soma: Atlântico”.⁵ Essas palavras revelam um esforço em conjunto entre governo brasileiro e português na fomentação de uma cultura política, esforçada no intuito de, através de projetos culturais, estabelecer reconhecimento recíproco entre dois regimes autoritários, que utilizavam o ufanismo como forma de autoafirmação, legitimação e reconhecimento.

O processo de consolidação de uma cultura política demanda tempo, envolvendo agentes políticos que promovam essa simbiose entre letras e políticas de Estado. Para Ângela de Castro Gomes, a construção dessa cultura política “vincula-se fortemente à implementação de políticas públicas, em particular sob regimes autoritários, que investem de maneira consciente e eficiente na busca de sua legitimidade, mobilizando valores, crenças e tradições da sociedade” (GOMES, 2007: p. 49.). Aplicando esse raciocínio às redes políticas e intelectuais da época, o que se observa nas palavras de Ferro é um indício claro, uma tentativa

⁴ FERRO, António. Algumas palavras de António Ferro. Apresentação. *ATLÂNTICO*: Revista Luso-Brasileira. Rio de Janeiro/Lisboa: DIP/SNP/SNI, v. 1, n. 1, primeiro semestre. 1942a.

⁵ Idem.

explícita de promover um discurso que solidificasse o projeto político iniciado por Vargas e Salazar em 1941.

Sobre essa política do Atlântico, Lourival Fontes, então responsável pelo DIP, escreve, na revista do *Atlântico* – logo após a apresentação feita por Ferro – um artigo intitulado “Unidade Espiritual”. É notório, nesse escrito, o empenho de se construir uma imagem de fraternidade inexorável entre Brasil e Portugal, mesmo nos períodos colonial e imperial. Lourival Fontes se esforça para justificar a política cultural traçada a partir de 1941, não como ferramenta para reaver as relações estremecidas pelos anos de domínio lusitano sobre o Brasil e, a partir disso, se construir uma nova relação entre os países. Mas, encara este como um momento de fortalecimento de laços que “nunca foram interrompidos”. Para isso, Lourival Fontes constrói explicações que justifiquem a importância histórica de Portugal, mesmo durante o período colonial, quando afirma que:

Não é exacto que se renovaram os laços de compreensão e solidariedade entre o nosso país e Portugal. Êsses laços nunca foram interrompidos. Nem mesmo nos momentos mais graves da nossa formação, os compromissos com a raça tronco, formadoras da nossa, sofreram quaisquer abalos. Durante a fase colonial os *nascidos no Brasil* (como se dizia à data) já senhores duma consciência americana, encontraram nos elementos portugueses os companheiros de luta, sempre que a pirataria ameaçou a unidade das terras conquistadas. Acolhendo a côrte metropolitana, em horas amargas, o Brasil evoluiu, de tal modo, que a rotura dos laços políticos foi inevitável.⁶

É evidente que Lourival Fontes tenta justificar na sua narrativa a presença lusitana durante os períodos colonial e imperial da história brasileira (é impossível com os olhos de hoje não imaginar o sorriso de ponta de lábio de Lourival Fontes ao escrever sobre como “a côrte metropolitana, em horas amargas” foi acolhida pelo Brasil, imaginação que Georges DUBY afirma ser permitida ao historiador, desde que a razão a mantenha “sob firme controle” (DUBY, 1993: 58)). Embora os argumentos de Fontes sejam frágeis, a intenção aqui é perceber o esforço em construir a equiparidade prevista no Acordo Cultural de 1941 entre Brasil e Portugal estando ambos em um momento de suas histórias denominado Estado Novo.

Não há como negar o esforço de Lourival Fontes em construir um discurso conciliatório. No entanto, é curioso a falta de unidade existente entre os escritos de Ferro e Fontes. Enquanto o primeiro fala em consertar “erros do velho inter-câmbio oficial ou

⁶ FONTES, Lourival. Unidade espiritual. *ATLÂNTICO*: Revista Luso-Brasileira. Rio de Janeiro/Lisboa: DIP/SNP/SNI, v. 1, n. 1, primeiro semestre. 1942a. p. 1.

privado” entre brasileiros e portugueses, Fontes fala em continuidade e diz não ser “exacto que se renovaram os laços de compreensão e solidariedade entre o nosso país e Portugal”. São essas contradições que tornam esse tema fascinante para o historiador, pois é um claro momento de readequação dos discursos identitários, em que novas vontades emergem e impõem uma nova configuração às relações bilaterais entre Brasil e Portugal. É através do mapeamento dessas redes que se percebe a operação de implantação de uma cultura política ordenada por Estados autoritários, como eram estes em questão durante a década de 1940.

Além disso, a análise dos documentos em que envolvem os mentores dessa política cultural, revelam a importância desses homens na coordenação dos processos de implementação, por meio dos atores e fenômenos culturais, de uma identidade em que imperasse o discurso ufanista e cooperativista pensados por Salazar e Vargas. Em um esforço de demonstrar que não foi o acordo de 1941 que redefiniu as relações entre Brasil e Portugal, Lourival Fontes recupera em sua narrativa, uma passagem de 1934 em que, segundo ele, Vargas afirmava a existência de um “vínculo da fraternidade [que] nos uniu no passado e que projecta as duas nações para o futuro, entrelaçadas de um progresso comum”. Este revela-se mais um dos esforços de Lourival Fontes em ratificar sua tese de continuidade das relações Brasil-Portugal, a mesma que é vista por Ferro como recomeço.

De toda forma, o que se percebe tanto nas palavras de António Ferro quanto nas de Lourival Fontes é um esforço em conjunto para a ordenação dos discursos a serem produzidos sobre Portugal e Brasil. Ainda em seu texto, Lourival Fontes, em defesa da continuidade das relações amistosas, afirma:

Mas, é certo que, no momento, os interesses espirituais luso-brasileiros entram num período de iniciativas imediatas, práticas e claras. O convénio, nesse sentido, coordenando as atenções e desvanecendo desleixos, abraça o têrmos de contactos quotidianos, em todos os sentidos. [...] Os escritores e jornalistas, despertados pelos esforços do Estado Novo português, esforços tão bem esclarecidos por António Ferro, numa breve, mas propícia permanência entre nós, nada mais tem a fazer senão coordenar as vontades, porventura esparsas.⁷

São palavras como ordenar, coordenar, vontades e esparsas, que dão uma forte evidência sobre o propósito do Acordo Cultural de 1941. Em verdade, a intenção desse acordo era promover um forte e intenso cerceamento em torno do que seria produzido por letrados de um lado e de outro do Atlântico. A leitura do *Acordo* deixa evidente as intenções políticas

⁷ Idem: p. 2-3.

pretendidas tanto por Vargas quanto por Salazar, e denota uma série de áreas de interesses distribuídos em três artigos, sendo o ponto “d” do “Artigo 2º” um exemplo do controle estatal que se pretendia realizar, por exemplo, sobre o noticiário que envolvesse as duas nações, quando este afirmava “a colaboração recíproca em favor de uma orientação comum quanto ao noticiário a ser divulgado à cerca [sic] do Brasil e de Portugal”,⁸ o que claramente sugere uma censura prévia às produções jornalísticas produzidas após a assinatura do acordo.

Um ponto interessante que se evidencia, seja em Ferro ou em Fontes é o uso intenso de palavras que sugerem ordenação, coordenação e orientação. O Artigo 2º aponta o cuidado com as notícias que venham a ser produzidas em relação às duas nações. Mesmo assim, António Ferro constrói um discurso democrático em seu livro. Segundo afirma, os “acordos não impedem, não devem impedir as relações individuais, pessoais, no sentido cultural e de intercâmbio entre certos escritores e cientistas brasileiros e portugueses, seja qual for a sua ideologia” (FERRO, 1949: 8).

Mesmo com pouco tempo de pesquisa, com as fontes ainda em análise, o que é possível perceber nas relações bilaterais acerca da política cultural dos Estados Novos luso-brasileiros é que este foi um período intenso, com muitos desencontros e opiniões divergentes, mesmo quando se tratava de um mesmo tema, como o passado das relações colonial e imperial da América Portuguesa. É possível, e esta ainda é uma hipótese que carece de um melhor aprofundamento, que o passado colonial brasileiro no qual foi subjugado à política de exploração lusitana seja o eixo para tantas controvérsias entre Ferro e Fontes. A incessante busca por justificar o passado colonial brasileiro parece ser uma questão ainda a ser resolvida na década de 1940, o que poderá ser analisado após análise de mais documentos produzidos após e conforme o Acordo Cultural de 1941.

A política externa brasileira e portuguesa, de Estados autoritários e com propósitos político-administrativos que se aproximavam ideologicamente, aparece nesse cenário como um mecanismo interessante para se promover a resolução de um passado que se apresentava tenebroso para a história contemporânea daqueles países. A escalção de homens experientes no quesito propaganda, com grande aproximação dos seus respectivos presidentes, aponta um caminho atraente para poder compreender como Brasil e Portugal deixaram de se pôr nas condições de colono e colonizador e passaram a investir em patentes mais próximas, de

⁸ ATLÂNTICO, 1942a. p. 180.

nações que buscavam legitimar seus Estados ditos “Novos”, de caráter autoritário e nacionalista.

É nesse cenário que António Ferro e Lourival Fontes atuam enquanto mediadores desse passado, escolhendo temas, criando regras, selecionando falas e moldando discursos, de forma a construir um protótipo de nações irmãs, onde a propaganda atua claramente em um processo de diplomacia, baseando-se no Acordo Cultural de 1941, em que tentou-se através de uma política cultural de arregimentação, congregar homens das letras com grande poder de persuasão e com lugares de fala sólidos junto à opinião pública. Tanto em Portugal quanto no Brasil, o uso do discurso cultural mediado por políticas de Estado fortes, principalmente por meio do controle das informações, sendo esta uma ferramenta importante na consolidação dos projetos autoritários de Vargas e Salazar, e que tão bem funcionará ao ponto de seus legados ainda serem inesgotáveis objetos históricos para estudos contemporâneos de história política e cultural nos dias de hoje.

BIBLIOGRAFIA

- BETTENCOURT, Gastão de. *António Ferro e a política do Atlântico: Saudade... dos Estados Unidos da Saudade*. Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1960.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 183-213.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FERRO, António. *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa: SNI, 1949.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 69-78.
- GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 43-63.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v.2, t.3. p. 343-374.
- LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomares (org.). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa (org.). *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade Nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Minerva História, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

TORGAL, Luís Reis. Estado Novo português – Estado totalitário?. In: SZESZ, Christiane Marques (org.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 127-164.

URFALINO, Philippe. A história da política cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 293-305.

VARGUES, Isabel Nobre. Cultura e política. Relações luso-brasileiras nas mudanças de regime (1889-1974). In: SZESZ, Christiane Marques (org.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 281-294.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. 4. ed. Rio de Janeiro, 2011. v.2.